

Instituto Elos Brasil

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros do
Instituto Elos Brasil

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Instituto Elos Brasil (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir do assunto mencionado na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Elos Brasil em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias institutos - PME (NBC TG 1000/CPC para PME (R1)) e com a interpretação para entidades sem fins lucrativos (NBC ITG 2002 - R1).

Base para opinião com ressalva

Doações recebidas

Conforme descrito na Nota nº 16 às demonstrações financeiras, o Instituto por não ter finalidade de lucros, obtém parte de suas receitas por meio de doações com ou sem restrição que podem ser em dinheiro, cheque ou outros bens, emitidos por pessoas físicas ou jurídicas, para realização de ações sociais. As receitas do Instituto não são susceptíveis a um procedimento suficiente e adequado de auditoria que permita garantir que a totalidade das doações recebidas foram registradas e estão apresentadas nas demonstrações financeiras auditadas que permita garantir a totalidade dos valores recebidos.

Portanto, a verificação dessas receitas, no montante de R\$4.840.627 (R\$5.555.922 em 2020), está restrita aos valores registrados na contabilidade do Instituto.

Consequentemente, não foi possível determinar a necessidade de efetuar eventuais ajustes à receita do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, para que essa esteja adequadamente apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento técnico CPC PME (R1) e com a interpretação para entidades sem fins lucrativos (NBC ITG 2002 – R1).

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Despesas reconhecidas fora do período da competência

Durante nossos procedimentos de auditoria identificamos despesas não registradas no período de competência correta, dessa forma, e, detectada consequente deficiência de controles internos sobre registro de despesas, por consequência não nos foi possível concluir quanto ao período de competência contábil do total das despesas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias institutos (NBC TG 1000/CPC para PME (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituto continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituto.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Ricardo Estrella Salvia
Contador
CRC nº 1 SP 253391/O-2

INSTITUTO ELOS BRASIL

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	416.380	217.350	Fornecedores e contas a pagar	10	99.308	49.569
Créditos a receber	6	424.192	159.718	Obrigações tributárias	11	1.339	1.098
Outros Créditos	7	242.954	284.307	Obrigações trabalhistas e sociais	12	268.605	247.239
Adiantamentos	8	14.260	17.145	Adiantamento de convênios e projetos	13	-	138.318
Tributos a recuperar		-	500	Total do Passivo circulante		<u>369.252</u>	<u>436.224</u>
Despesas antecipadas		231	270				
		<u>1.098.017</u>	<u>679.290</u>				
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO SOCIAL			
Imobilizado	9	<u>1.215.226</u>	<u>1.224.415</u>	Patrimônio Social	15	<u>1.943.991</u>	<u>1.467.481</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.215.226</u>	<u>1.224.415</u>	Total do patrimônio líquido		<u>1.943.991</u>	<u>1.467.481</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.313.243</u>	<u>1.903.705</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		<u>2.313.243</u>	<u>1.903.705</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO ELOS BRASIL

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPÉRÁVIT DO EXERCÍCIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em reais - R\$)**

	Nota Explicativa	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS	16		
Com Restrição			
Repasses Financeiros e Contribuições		100.003	1.036.339
Receitas de Serviços Prestados		352.371	-
Doações Pessoa Jurídica		180.740	646.706
Doações Pessoa Física		-	3.667
Rendimentos Financeiros		3.290	897
Outras Receitas Operacionais		67	2.150
TOTAL		636.471	1.689.759
Sem Restrição			
Receitas de Serviços Prestados		2.093.788	576.484
Doações Pessoa Física		828.197	512.362
Doações Pessoa Jurídica		261.249	1.114.199
Doações não monetárias		169.010	560.375
Convênios e Patrocínios		-	90.000
Outros Recursos Recebidos		750	10.747
Trabalho Voluntário	19	147.300	469.640
Rendimentos Financeiros		225	7.900
Outras Receitas não Operacionais sem restrição		703.636	524.456
Total		4.204.155	3.866.163
Total das receitas operacionais	16	4.840.626	5.555.922
CUSTOS COM PROGRAMAS DE ASSESSORAMENTO			
Com Restrição			
Assessoramento		(357.294)	(813.182)
Formação Político-cidadã		(213.582)	(723.315)
Estimativa e Desenvolvimento		(2.283.080)	(2.470.583)
Desenvolvimento Institucional		(171.545)	(57.432)
Total		(3.025.501)	(4.064.512)
Sem Restrição			
Trabalho Voluntário		-	(211.600)
Total		-	(211.600)
Total dos custos com programas de assessoramento		(3.025.501)	(4.276.112)
RESULTADO BRUTO		1.815.125	1.279.810
DESPESAS OPERACIONAIS			
<u>Gerais e administrativas</u>			
Salários e Encargos Sociais	18.a)	(805.826)	(332.103)
Impostos e Taxas	18.a)	(6.364)	(11.112)
Aluguéis	18.a)	(53.162)	(49.027)
Serviços Gerais	18.a)	(366.182)	(346.079)
Manutenção	18.a)	(19.469)	(8.140)
Depreciações	18.a)	(4.926)	(6.748)
Outras Despesas Operacionais	18.b)	(4.263)	-
Trabalho Voluntário	18.a) e 19	(74.400)	(258.040)
Total		(1.334.592)	(1.011.249)
SUPÉRÁVIT ANTOS DO RESULTADO FINANCEIRO		480.533	268.561
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas Financeiras	20	(4.023)	(6.421)
Total		(4.023)	(6.421)
SUPÉRÁVIT DO EXERCÍCIO		476.510	262.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO ELOS BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit do exercício</u>	<u>Total do patrimônio social líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.205.341	-	1.205.341
Superávit do exercício	-	262.140	262.140
Transferência para o Patrimônio	262.140	(262.140)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>1.467.481</u>	<u>-</u>	<u>1.467.481</u>
Superávit do exercício	-	476.510	476.510
Transferência para o Patrimônio	476.510	(476.510)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>1.943.991</u>	<u>-</u>	<u>1.943.991</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO ELOS BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota Explicativa	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do exercício		476.510	262.140
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	9	4.926	6.748
Baixa de ativos imobilizados		4.262	-
Redução (aumento) nos ativos:			
Créditos a receber		(302.789)	4.107.241
Outros créditos		83.689	(68.011)
Adiantamentos		(1.136)	23.694
Tributos a recuperar		500	2.238
Despesas antecipadas		39	26.010
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		53.028	(11.141)
Obrigações Tributárias		241	(3.523)
Obrigações Trabalhistas e Sociais		21.367	(30.733)
Recursos de Projetos em Execução		(138.319)	(4.351.432)
Outras obrigações a pagar		(3.288)	(29.949)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>199.030</u>	<u>(66.718)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições ao Ativo Imobilizado	9	-	(14.129)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		-	-
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>199.030</u>	<u>(80.847)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	217.350	298.197
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	<u>416.380</u>	<u>217.350</u>
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>199.030</u></u>	<u><u>(80.847)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO ELOS BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Entidade denominada INSTITUTO ELOS BRASIL, CNPJ 04.241.216/0001-08, constituída em 22 de dezembro de 2000 é uma Sociedade Civil de Assistência Social sem alojamento, de direito privado, sem fins lucrativos, apolítica e apartidária, de duração por tempo indeterminado, tendo como objetivos sociais:

- i) Promover a educação, especialmente a ambiental, das novas gerações, priorizando a experiência direta;
- ii) Organizar documentação, promover, desenvolver e divulgar pesquisas e projetos aplicados à educação e à defesa do ambiente natural, do patrimônio cultural e dos direitos humanos de todos os povos, especialmente dos povos indígenas, das populações tradicionais e das empobrecidas;
- iii) Estimular o desenvolvimento socioeconômico através do acesso e gestão democrática e ecologicamente sustentável dos recursos naturais, gerando renda para as populações atendidas com prioridade no atendimento das famílias priorizadas na LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social;
- iv) Promover o intercâmbio e ações culturais com outras organizações e entidades nacionais e internacionais para a defesa do patrimônio ambiental, cultural e dos povos;
- v) Divulgar, por todos os meios, as informações e conhecimentos produzidos por si ou por terceiros e correlatos às suas atividades;
- vi) Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos da democracia e de outros valores universais;

A finalidade do Instituto Elos Brasil é dar suporte a indivíduos, organizações e comunidades para que possam empreender ações cooperativas com base nas áreas da assistência social, educação, cultura, meio ambiente, arquitetura e urbanismo, visando em especial à revitalização de ambientes públicos e a implantação da cultura de cuidados cotidianos com o planeta.

O Instituto Elos Brasil lutará pela efetividade dos direitos humanos, em todo o território nacional, necessário a assegurar a vida humana com liberdade, solidariedade e dignidade, amparada por garantias individuais, coletivas e sociais, políticas, civis, de nacionalidade, do trabalho, econômicas e culturais, cabendo-lhes defender os interesses e direitos da coletividade, especialmente os contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e os relativos ao público da terceira idade, independentemente de autorização da assembleia geral, mediante:

- a) Impetração de mandado de segurança coletivo, nos termos do art. 5º, LXX, alínea b, da Constituição Federal;
- b) Apresentação de ação civil pública, nos termos do art. 5º, incisos I e II, da Lei 7347, de 24 de julho de 1985.

No cumprimento de seus objetivos o Instituto Elos Brasil, por si ou em cooperação com terceiros, poderá:

- i) Organizar, promover ou participar de eventos culturais (congressos, simpósios, seminários, mesas redondas, conferências e cursos);
- ii) Produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas, vídeos, filmes, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou ópticos, materiais diversos, exposições, programas de radiodifusão, entre outros;
- iii) Realizar prospecção, gravação, edição e divulgação de imagens, músicas e depoimentos relacionados com sua área de atuação;
- iv) Documentar, por todos os meios, suas diversas atividades, assim como os fatos e situações que tiverem relação com suas finalidades;
- v) Desenvolver consultoria em planejamento, avaliação e execução de projetos a organizações públicas e privadas;
- vi) Firmar convênios e contratos com outras instituições públicas ou privadas e terceiros;
- vii) Praticar quaisquer atos e atividades lícitas para a execução de seus objetivos, mesmo que não estejam listados no Estatuto, desde que previamente aprovados pelo Grupo Dirigente e ratificados pela Assembleia Geral.

O Instituto Elos Brasil operará sem qualquer objetivo de lucro:

- i) O Instituto Elos Brasil não distribui entre seus sócios, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.
- ii) O Instituto Elos Brasil não fará qualquer distinção de raça, cor, condição social, credo político e/ou religioso, sendo-lhe defeso participar de quaisquer atividades que implique tomada de posição político-partidária e/ou religiosa.
- iii) O Instituto Elos Brasil dispõe de autonomia administrativa e financeira e rege-se pelas disposições contidas no Estatuto, aplicando-se subsidiariamente a legislação pertinente.
- iv) Outros instrumentos legais, como o Regimento Interno e outras normas próprias de regulamentação que venham a ser implementadas, também servirão de regência às atividades do Instituto Elos Brasil.

O Instituto Elos Brasil terá um conjunto de Instruções Normativas que unidas constituem o regimento interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento. Essas normas foram aprovadas em 2019, porém, registradas em abril de 2020. A seguir colocamos à disposição esse conjunto de normas seguidas pelo Instituto:

a) Código de conduta e Política Anticorrupção do Instituto Elos:

- Conduta Pessoal
- Suborno e Corrupção
- Entretenimento e Presentes
- Contabilidade

- Atividade política e doações
 - Disposições gerais
- b) Procedimentos e Processos: Instrução Normativa N.º 3 do Instituto Elos Brasil:
- Aquisições de produtos e contratações de serviços do Instituto Elos
- c) Políticas de gastos e procedimentos de logística:
- Procedimentos e processos: aquisições de produtos e contratações de serviços do Instituto Elos Brasil

IMPACTOS DA PANDEMIA COVID 19

Sobre os impactos da pandemia em 2021, destaca-se que o Instituto Elos deu continuidade ao plano de ação de assistência emergencial às comunidades da rede Elos através da viabilização de cestas básicas, assim como, cartões de alimentação e material informativo. Cada comunidade foi ouvida de forma remota para que os recursos direcionados tivessem o melhor aproveitamento.

No início de 2021 foi realizado o acompanhamento das ações selecionadas no edital da Rede Elos (uma no Guarujá /SP, uma em Lençóis/BA, duas em Recife/ PE, uma em Juiz de Fora/MG e uma em Congonhas do Norte /MG.) para impulsionar o protagonismo comunitário. Com isso buscou-se o realinhamento da vocação do Elos de fortalecer a capacidade das pessoas de transformar sua própria realidade.

Todo este trabalho de assistência emergencial foi tipificado e está apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas.

O segundo semestre de 2021 foi marcado pela retomada de atividades presenciais com programação híbrida e a operacionalização de projetos de soluções. O avanço da vacinação encorajou a tomada de decisão de retomar para 2022 a edição do Programa Guerreiros Sem Armas.

A retomada das ações presenciais, a diminuição de recursos destinados a assistência emergencial alterou o a distribuição das fontes de receitas. Saindo de R\$2.276.934 de doações com recursos financeiros em 2020 para R\$1.270.186 de doações com recursos financeiros em 2021. A prestação de serviços obteve teve aumento 263% (R\$576.484 em 2020 para R\$2.093.788 em 2021). O superávit do exercício foi de R\$476.510 (R\$262.140 em 2020).

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - pronunciamento técnico CPC PME (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações do Instituto e com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir e vêm sendo aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação do Instituto.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. O Instituto considera como caixa e equivalentes de caixa: (i) dinheiro em caixa; (ii) depósitos bancários; e (iii) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a risco baixo de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e seus rendimentos são registrados no superávit (déficit) do exercício.

Portanto, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando possui vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de sua contratação.

2.5. Créditos a receber

São contas a receber e adiantamentos de contribuições e projetos promocionais ao que se enquadra no setor ou à causa competente: projetos sociais os mais diversos. As contribuições a receber são registradas pelo valor justo no momento inicial e subsequente pelo custo amortizado.

2.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição, e deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”), quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na baixa ou alienação de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

As vidas úteis estimadas dos itens registrados como ativo imobilizado são as seguintes:

<u>Classificação</u>	<u>Vida útil</u>
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de Telecomunicações	5 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

2.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração

Ativos sujeitos à depreciação e amortização são testados para fins de avaliação do seu valor recuperável (teste de “impairment”) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo montante no qual o valor contábil exceder o valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo de venda do ativo menos os custos para efetivar a venda e o seu valor em uso.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Instituto não identificou circunstâncias que resultassem na necessidade de realização do teste de redução ao valor recuperável dos seus ativos de longa duração (teste de “impairment”).

2.8. Outros créditos a receber

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, considerando-se o Princípio da Competência dos Exercícios Societários (“regime de competência”) para registro do ativo.

2.9. Receita de Parcerias em Projetos - c/Restrição

Referem-se a projetos em vários seguimentos, apoiados por pessoas físicas ou jurídicas com encargos. Utilizados na Renova Rio Doce Futuro, Rede Elos, Renova Mobilização Comunitária e Instituto Lojas Renner e Desenvolvimento Bom Jesus 2.

2.10. Ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser confiavelmente mensurado.

Os ativos são demonstrados pelos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e/ou cambiais e os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em função do tempo decorrido (“pro rata temporis”) até a data do balanço. Os bens e direitos realizáveis até o prazo de doze meses da data do balanço estão apresentados como ativos circulantes.

2.11. Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações do Instituto.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto possui uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, e que seja provável que o Instituto será requerido a liquidar tal obrigação, e esta possa ser confiavelmente mensurada. O montante reconhecido como provisão representa a melhor estimativa da contraprestação que será devida para liquidar a obrigação na data do balanço, levando-se em consideração os riscos e as incertezas em torno da obrigação. Riscos contingentes avaliados como de perda possível são divulgados nas demonstrações financeiras, porém não são reconhecidos em conta específica do balanço patrimonial.

2.13. Passivos circulante e não circulante

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação, legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. As obrigações vencíveis até o prazo de doze meses da data do balanço estão apresentadas como passivos circulantes.

2.14. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescidas ou diminuídas do superávit (déficit) apurado em cada exercício.

A transferência do superávit (déficit) para o patrimônio social ocorre por meio de aprovação em assembleia.

2.15. Apuração de reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas de acordo com o regime de competência observando-se o critério “pro rata die” para as de natureza financeira.

As receitas de contribuições são reconhecidas quando seu valor puder ser mensurável de forma confiável e todos os riscos e benefícios econômicos futuros fluirão para o Instituto.

O Instituto possui diferentes tipos de receitas operacionais:

- a) Repasses financeiros e Contribuições: os recursos originados desta modalidade são restritos ao orçamento do projeto e devem ser devolvidos caso não sejam gastos;
- b) Receitas de serviços prestados, programas de assistência social como os vinculados aos repasses financeiros, serviços de assessoria, capacitação e formação a clientes diversos;
- c) Doações de pessoas física e jurídica, as quais, parte dos recursos são sem restrições e podem ser monetárias e não monetárias direcionadas a qualquer finalidade à critério da administração.
- d) Convênios e patrocínios; e
- e) Trabalho voluntário: O Instituto remunera seus administradores em conformidade com a Lei 12/686/2013. O Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo foram contabilizados como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e concomitante a doação por cada um dos conselheiros (despesas e receitas no mesmo montante).

Os rendimentos financeiros são reconhecidos usando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos e despesas incorridos representam gastos para a realização de projetos, assim como a administração do Instituto.

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

2.16. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras, encargos bancários, dentre outros, e são registradas contabilmente em conformidade com o regime de competência.

2.17. Instrumentos financeiros básicos

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são mensurados a cada data do balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial de acordo com os propósitos de cada aquisição ou emissão.

2.18. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada com base no método indireto, no qual segregam-se os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e reconcilia o superávit (déficit) do exercício com os fluxos de caixa líquidos e com a variação do caixa e equivalentes de caixa. Quando aplicável, as alterações nos itens do balanço que não resultaram em fluxos de caixa, tais como diferenças de conversão cambial, variações de valor justo e outros itens não monetários, foram eliminadas para efeitos de preparação desta demonstração.

2.19. Imunidade Tributária

O Instituto Elos Brasil é uma entidade que goza, nos termos dos artigos 150 e 195 da Constituição Federal, de imunidade e isenção tributárias em nível federal, estadual e municipal. Sendo assim, o Instituto está isento de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre eventual superávit apurado. Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destaca-se o seguinte:

- i) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - a Medida Provisória (MP) no 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que as instituições de caráter filantrópico que preencham as condições e requisitos do artigo 12 da Lei no 9.532, de 10 de dezembro de 2007 estão isentas da COFINS sobre as receitas auferidas relacionadas a suas atividades próprias.
- ii) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimento de aplicações financeiras - isento, sendo fornecida declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de entidade sem fins lucrativos, nos termos do artigo 72, parágrafos 1 a 3, da IN RFB nº 1.585/2015.
- iii) IRPJ e CSLL – O Instituto é isento em relação ao IRPJ e CSLL, tendo em vista o quanto disposto no art. 15 da Lei n. 9.532/97.
- iv) O Instituto goza de imunidade tributária do ITCMD (Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos), conforme declaração de reconhecimento e protocolo 33806-104828/2019 do DRT 02 LITORAL em 25/02/2019, vinculada nos termos do decreto da Secretaria da Fazenda art. 7º Decr. 46655/02. Essa imunidade tem validade, conforme o documento descrito, de 11/09/2019 até 10/09/2023, salvo se ocorrer qualquer alteração nas condições legais ou requisitos necessários ao benefício.

- v) O Instituto Elos goza de isenção patronal da Contribuição Previdenciária sobre a folha de pagamento, conforme declaração de reconhecimento de CEBAS (certificado de Entidades Beneficentes da Assistência Social), publicadas no Diário Oficial da União com data de 21 de dezembro de 2018, conforme portaria 353/2018, item 26 de 19 de dezembro de 2018 com validade até 21 de dezembro de 2021. O Instituto entrou com o pedido de revalidação do CEBAS em 20 de dezembro de 2020 (365 dias antes do vencimento) e respondeu em 2021 dois pedidos de complementação documental que está em análise técnica até o presente momento.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais políticas contábeis do Instituto (nota explicativa nº 2), a Administração deve exercer julgamentos e desenvolver estimativas para os valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos por meio de outras fontes. As estimativas e premissas associadas são baseadas na experiência histórica e demais fatores considerados relevantes e, portanto, os resultados futuros podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas subjacentes são continuamente revisadas pela Administração. Os efeitos das revisões nas estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente.

A Administração concluiu que não haver áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou utilização de estimativas significativas para as demonstrações financeiras do Instituto.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não foram identificados eventos nem premissas que pudessem apresentar riscos significativos de causarem um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos do Instituto.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Alterações feitas nos pronunciamentos completos (“full” IFRS) não se aplicam ao CPC PME até que tais alterações sejam incorporadas ao CPC PME. O CPC espera propor alterações pela publicação de minuta para discussão periodicamente, mas não mais frequentemente do que aproximadamente uma vez a cada três anos.

Como não houve mudanças no CPC PME, a Sociedade decidiu por seguir as orientações do CPC PME e não optou por aplicar alterações provenientes do “full” IFRS/CPC.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Bens Numerários</u>		
Caixa	641	923
<u>Depósitos Bancários</u>		
Bancos C/Movimento – Recursos com Restrições	59.738	76.345
Bancos C/Movimento – Recursos sem Restrições	10	10

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Aplicações Financeiras</u>		
Aplicações Financeiras – Recursos com restrições (**)	125.830	49.372
Aplicações Financeiras – Recursos sem restrições (*)	230.161	90.700
Total	<u>416.380</u>	<u>217.350</u>

(*) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se a fundos de investimentos em CDB - Certificado de Depósitos Bancários - atrelados ao CDI e Selic.

(**) As aplicações financeiras com restrições correspondem aos recursos recebidos antecipadamente a título de execução e andamento do projeto Rio Doce, GSA e CEF Poupança.

6. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valores Realizáveis a Curto Prazo: Parcerias, Patrocínios e Convênios:		
Projeto Elos Doação Máscaras Instituto. Lojas Renner	-	38.316
	-	38.316
Valores Realizáveis a Curto Prazo:		
Demais	33.554	-
Caixa Econômica Federal	323.383	81.402
Instituto Nova Era	14.625	-
Brasil Terminal Portuário S/A.	52.630	40.000
	<u>424.192</u>	<u>121.402</u>
Total	<u>424.192</u>	<u>159.718</u>

7. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Plataforma Doare	11.678	47.250
Créditos com Nota Fiscal Paulista (*)	231.276	237.057
Total	<u>242.954</u>	<u>284.307</u>

(*) Refere-se as doações dos créditos de doadores automáticos do Programa Nota Fiscal Paulista da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

8. ADIANTAMENTOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento de Férias	508	2.349
Adiantamento a prestadores de serviços	12.959	10.181
Cartão Paypal	594	3.436
Outros Adiantamentos	199	1.179
Total	<u>14.260</u>	<u>17.145</u>

9. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Equipamentos de Telecomunicações	Computadores e Periféricos	Máquinas e equipamentos	Terreno (a)	Total
<u>Custo</u>						
Saldos em 31/12/2020	6.016	770	48.081	12.579	1.200.000	1.267.446
Baixas	(1.589)	-	(16.336)	(10.480)	-	(28.405)
Adições	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2021	4.427	770	31.745	2.099	1.200.000	1.239.041
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldos em 31/12/2020	(3.694)	(770)	(29.940)	(8.627)	-	(43.031)
Baixas	915	-	16.335	6.891	-	24.141
Adições	(297)	-	(4.265)	(363)	-	(4.925)
Saldos em 31/12/2021	(3.076)	(770)	(17.870)	(2.099)	-	(23.815)
Saldos em 31/12/2020	2.322	-	18.141	3.952	1.200.000	1.224.415
Saldos em 31/12/2021	1.351	-	13.875	-	1.200.000	1.215.226
Vida útil (anos)	10	5	5	10		

(a) Doação recebida em 2019, livre de ônus financeiro para a entidade. O terreno está situado no Morro da Nova Cintra, na cidade de Santos, Estado de São Paulo, registrado no 7º Tabelião na Comarca de Santos.

10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

A rubrica "Fornecedores" é representada por valores a serem pagos a prestadores de serviços conforme estabelecido em contratos.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores:		
Artear Consultoria	7.250	-
Vitor L. dos Santos Audiovisual	30.000	-
Elen Kezia Mendes Lima	5.000	-
Maiara Gabriele Gomes dos Santos Silva	12.200	-
Gilvania Vitor dos Santos	5.000	-
Vanilza de Nazeré Freitas dos Santos	7.600	-
Rodrigo de Favari Veloso	10.000	-
Gilvanilza Paulo Mendes Gonçalves	5.000	-
Vortex Controle De Pragas Ltda.	-	381
Timbo Pesquisas e Desenvolvimento	-	14.916
Magazine Luiza S/A	-	3.842
Gusmao e Labrune Advogados	-	1.278
Banm Criação De Softwares Ltda	-	11.458
Savian Contabilidade Ltda ME	3.135	2.970
Uber Do Brasil Tecnologia Ltda	-	434
Demais Fornecedores	6.473	3.352
Contas a Pagar:		
Oracle Netsuite Estados USA	-	4.212
Aluguel A Pagar	4.600	4.192
Seguro Estagiário a Pagar	3.050	2.357
Outras Contas a Pagar	-	177
Total	<u>99.308</u>	<u>49.569</u>

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto Sobre Serviços - ISS a recolher	1.295	715
CSRF Art.10.833 a recolher	44	232
IRRF sobre serviços a recolher	-	48
INSS sobre serviços tomados	-	103
Total	<u>1.339</u>	<u>1.098</u>

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários e Ordenados a pagar	47.507	39.185
Férias a Pagar	135.282	102.791
Encargos sociais s/ férias a pagar	10.823	10.928
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	4.671	25.634
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	10.440	12.484
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF – Empregados	26.976	29.723
Outras Obrigações	32.906	26.494
Total	<u>268.605</u>	<u>247.239</u>

13. ADIANTAMENTO DE CONVÊNIOS E PROJETOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Projeto Rede Elos Doação Máscaras Lojas Renner	-	38.316
Projeto Capac. Form. Cid. Emenda Parlamentar PMSP	-	100.002
Total	<u>-</u>	<u>138.318</u>

Parcerias, Patrocínios e Convênios

O objetivo dos projetos informados nesse grupo é uma previsão do valor ainda não realizado. Quando da realização total ou parcial de cada um, este é oficializado por meio de comprovantes de despesa que fazem-no eliminar esta obrigação.

14. PASSIVOS CONTINGENTES

O Instituto tem como critério efetuar provisão para os processos com probabilidade de perda provável. Nos exercícios de 2021 e de 2020 não existem contingências a serem provisionadas de acordo com seus consultores jurídicos.

15. PATRIMÔNIO SOCIAL

a) Patrimônio social

O Patrimônio Social representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.

A Administração do Instituto adota como prática incorporar e/ou absorver nas rubricas de patrimônio social e/ou dotação especial o superávit (déficit) apurados nos exercícios.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Instituto registrou superávit nos montantes de R\$476.510 e R\$262.140, respectivamente, e patrimônio social positivo nos montantes de R\$1.943.991 e R\$1.467.481, respectivamente.

b) Dissolução e liquidação

Em caso de dissolução, conforme Estatuto Social, os bens remanescentes serão doados para instituição congênere.

16. RECEITA OPERACIONAIS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Receitas com Restrição</u>		
Repasse Financeiros e Contribuições	100.003	1.036.339
Doações Pessoa Jurídica	180.740	646.706
Doações Pessoa Física	-	3.667
Rendimentos Financeiros	3.290	897
Receitas de Serviços Prestados (a)	352.371	-
Outras Receitas com restrição	-	2.150
Outras Receitas Não Operacionais com restrição	67	-
	<u>636.471</u>	<u>1.689.759</u>
<u>Receitas sem Restrição</u>		
Receitas de Serviços Prestados (a)	2.093.788	576.484
Doações Pessoa Física	828.197	512.362
Doações Pessoa Jurídica	261.249	1.114.199
Doações não monetárias (b)	169.010	560.375
Convênios e Patrocínios	-	90.000
Outros Recursos Recebidos	750	10.747
Trabalho Voluntário (Nota 19)	147.300	469.640
Rendimentos Financeiros	225	7.900
Outras Receitas sem restrição	703.636	524.456
	<u>4.204.155</u>	<u>3.866.163</u>
Total	<u><u>4.840.626</u></u>	<u><u>5.555.922</u></u>

- (a) Pelos serviços prestados pelo Instituto ocorreram: projetos de difusão e filosofia Elos, capacitação e formação GSA, Renova Rio Doce, voluntários, contribuições associativas de pessoa jurídica e pessoa física, novos líderes e contribuições associativas. Em 2021 o maior destaque está no projeto formação política cidadã - Jardim Estância no montante de R\$1.283.213.

- (b) Em 2020 O Instituto recebeu doação em forma de produtos no valor de R\$400.000 da empresa JBS Ação Nacional, localizado em Aracaju, Bahia e Pilões. Em 2021 houve doações para o Projeto Rede Elos Covid-19, Doação de máscaras Lojas Renner e Rede Elos Doação Prainha.

17. CUSTOS COM PROGRAMAS DE ACESSORAMENTO

Referem-se aos valores destinados aos objetivos estabelecidos nos contratos em cada iniciativa:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Custos com Restrição</u>		
Assessoramento	357.294	813.182
Formação Político-cidadã	213.582	723.315
Estimativa e Desenvolvimento	2.283.080	2.470.583
Estímulo ao Desenvolvimento das Comunidades	800	-
Outros Programas	97.845	57.432
	<u>2.952.601</u>	<u>4.064.512</u>
<u>Custos sem Restrição</u>		
Trabalho Voluntário	72.900	211.600
	<u>72.900</u>	<u>211.600</u>
 Total	 <u>3.025.501</u>	 <u>4.276.112</u>

Quanto aos custos com projetos destacados a seguir: GSA, Terminal Portuário BTP, Emenda Parlamentar SP, Assessoramento Técnico Campo Belo, Assessoramento Técnico Diagn TRSP, Assessoramento Técnico Instituto Nova Era, Assessoramento Técnico WRI Brasil, Formação Político-cidadã PTS Jardim Estância, PTS Emilio Bosco, Projeto Família apoia Família, Rede Elos Covid-19, Rede Elos Campinas e Lençóis, Rede Elos JBS Aracaju, Bahia e Pilões, Rede Elos C de Cultura CMC, Rede Elos Prainha, Rede Elos Renner, Formação Político-cidadã Edital Dow/United Way, Rede Elos Biblioteca de Pilões, Projeto Assessoria Horta Bons Frutos Bertha Foundation, Formação Político-cidadã Percursos Extensionistas Anima Educação, Projeto Espaço Elos, Palestras de Difusão da Filosofia Elos, Mobilização de Recursos e Parcerias e Plataforma de Cursos Online. realizou-se seleção de iniciativas de empreendedorismo de base comunitária de coletivos e organizações comunitárias selecionadas em edital, com apoio técnico de mentoria e apoio através de investimento em materiais e equipamentos para implementação.

18. DESPESAS OPERACIONAIS

- a) Despesas Operacionais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Administrativas:		
Salários e Encargos Sociais	805.826	332.103
Impostos e Taxas	6.364	11.112
Aluguéis	53.162	49.027
Serviços Gerais	366.182	346.079
Manutenção	19.469	8.140
Depreciações	4.926	6.748
Trabalho Voluntário	74.400	258.040
Total	<u>1.330.329</u>	<u>1.011.249</u>

b) Outras Despesas Operacionais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Alienação de Bens Imobilizados	4.263	-
Total	<u>4.263</u>	<u>-</u>

19. SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS

Os serviços voluntários identificados pela Administração como tendo sido prestados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como seus valores justos, podem ser assim descritos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Atividades relacionadas a realização de projetos	72.900	211.600
Conselho consultivo	25.000	79.000
Conselho fiscal	4.500	18.000
Comunicação	9.100	48.000
Assistente Social	10.800	23.040
Auditoria	25.000	90.000
Total	<u>147.300</u>	<u>469.640</u>

Esses valores foram reconhecidos na demonstração do superávit (déficit) na rubrica "Receitas com serviços voluntários", em contrapartida às rubricas "Despesas Operacionais" e "Custos com Programas de Assessoramento", notas explicativas nº17 e nº18.

20. DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Tarifas Bancárias	3.388	2.479
Juros Passivos	202	1.118
Imposto sobre operações financeiras	106	171
Outras Despesas Financeiras	327	2.653
Total	<u>4.023</u>	<u>6.421</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros do Instituto estão apresentados a seguir:

		<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	416.380	416.380	217.350	217.350
Créditos a receber	Custo amortizado	681.637	681.637	444.025	444.025
<u>Passivos financeiros</u>					
Fornecedores e Contas a Pagar	Custo amortizado	99.308	99.308	49.569	49.569
Adiantamento de Convênios e Projetos	Custo amortizado	-	-	138.318	138.318

22. SEGUROS

A Administração do Instituto Elos possui seguro para proteção de seu patrimônio, o que foi efetuado de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. Os montantes foram considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza não fizeram parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

O seguro tem a finalidade de proteção e monitoramento do prédio comercial, com o prêmio anual de R\$1.409 e cobertura conforme descrito abaixo. A vigência do seguro é de 27 de fevereiro de 2022 até 27 de fevereiro de 2023.

COBERTURAS			
Descrição	L.M.I. (R\$)	Prêmio Líquido (R\$)	Participação Obrigatória do Segurado
Incêndio	1.000.000	338	5% das indenizações 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 900
Danos Elétricos	30.000	186	
Perda de Aluguel	30.000	20	
Subtração de Bens	35.000	502	5% das indenizações 10% das indenizações, com mínimo de R\$ 500
Responsabilidade Civil	30.000	84	10% das indenizações, com mínimo de R\$ 1.000
Desmoronamento	30.000	76	
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Queda de Granizo	30.000	203	10% das indenizações, com mínimo de R\$1.200

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas são entidades, pessoas físicas ou jurídicas, caracterizadas por possuírem relevância na organização gerencial de empresa. Com isso, faz-se necessárias auditorias e regulações das relações entre essas entidades no intuito de tornar transparente o cenário transacional da entidade.

Toda pessoa ou entidade, pessoa física ou jurídica, que tiver um grau de relacionamento interno definido com a empresa, será considerada parte relacionada.

Não houve no exercício de 2021 e 2020 transações no que diz respeito a partes relacionadas dentro do Instituto Elos, além da remuneração da Administração.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Instituto remunera a Diretoria Executiva, pois esta atua efetivamente na sua gestão, respeitados os limites máximos e valores praticados pelo mercado da região correspondente à sua área de atuação, onde seu valor deve ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata.

A Diretora executiva possui contrato de autônoma por tempo determinado ao mandato. O Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal são compostos por membros voluntários. Desde 2020 a Assembleia Geral aprovou 4 (três) diretorias não estatutárias e que foram contratados como CLT horistas.

Ano de 2021

<u>Cargo</u>	<u>Qtde</u>	<u>Horas Trabalho mensal</u>	<u>N° meses</u>	<u>Valor Hora</u>	<u>Valor do Trabalho Autônomo</u>
Diretora Executiva	1	220	12	71,548	188.887
Diretora de Operações e Estratégia	1	115,8	12	159,33	221.405
Diretora Pedagógica de Projetos	1	115,8	12	159,33	221.405
Diretor de Relações Institucionais	1	114,45	12	159,33	218.824

Ano de 2020

<u>Cargo</u>	<u>Qtde</u>	<u>Horas Trabalho mensal</u>	<u>N° meses</u>	<u>Valor Hora</u>	<u>Valor do Trabalho Autônomo</u>
Diretora Executiva	1	160	12	61,666	118.400
Diretora de Operações e Estratégia	1	113,77	12	150	204.786
Diretora Pedagógica de Projetos	1	72,97	12	150	131.346
Diretor de Relações Institucionais	1	112,32	12	150	202.176

A Administração do Instituto não possui outros benefícios de rescisão de contrato, pagamento baseado em desempenho e outros benefícios de longo prazo, para o pessoal-chave da Administração.

24. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 – R1 – Entidades sem finalidade de lucro, o Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Essa receita tem como contrapartida as despesas realizadas correspondentes que estão destacadas contabilmente apenas para informação em termos de valor:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas Objeto de Renúncia Fiscal Estadual - ITCMD	14.767	103.171
Receitas Objeto de Renúncia Fiscal Federal	5.072	7.183
Receitas Objeto de Renúncia Fiscal INSS	232.075	223.366
Municipal - ISS	48.921	6.869
Total	<u>300.835</u>	<u>340.589</u>

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do Instituto em 29 de março de 2023.